



O jornal “Tribuna dos Aposentados” e a luta sindical metalúrgica por uma Previdência Social decente ¹

Rozinaldo Antonio MIANI ²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Dentre as lutas específicas da categoria metalúrgica da região do ABC paulista, destaca-se a ação sindical voltada para a defesa dos direitos e dos interesses dos aposentados. Como uma das principais estratégias para a formação, organização e mobilização desse segmento da categoria, a Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC) criou em 1993 a “Tribuna dos Aposentados”. Esse artigo tem como objetivo realizar uma análise de conteúdo da referida publicação com vistas a identificar as principais lutas e debates políticos dos aposentados durante a segunda metade da década de 1990.

Palavras-chave:

Tribuna dos Aposentados; Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC; Previdência Social; imprensa sindical; cidadania.

1 - Introdução

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema sempre ocupou um papel de destaque no cenário sindical brasileiro, em especial no período da abertura política que culminou com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do país.

Não foram apenas as greves “históricas”, com as respectivas mobilizações de massa dos trabalhadores, e a participação decisiva na constituição do “novo sindicalismo” que marcaram a história política do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no final da década de 1970. Nessa mesma época, o sindicato já se atentava para a necessidade de uma organização específica dos trabalhadores metalúrgicos aposentados e, nesse sentido, impulsionou a criação da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rozinaldo Antonio Miani - Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária e docente do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com



Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC), que ocorreu no dia 18 de outubro de 1978. Com essa decisão política, não apenas os trabalhadores da categoria que estavam na ativa, mas também os trabalhadores aposentados passaram a desenvolver uma ação sindical voltada para suas lutas específicas.

A entidade participou conjuntamente com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e também o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (que em 1993 se uniram e fundaram o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), das principais lutas sindicais contra a ditadura militar e também da consolidação do sindicalismo combativo, que se estabeleceu definitivamente, à época (1983), com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Por essa atuação, a AMA-ABC se transformou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, numa das principais referências de organização dos aposentados do país, tornando-se, inclusive, a segunda maior entidade de aposentados em número de associados ³.

Durante quase 15 anos, a AMA-ABC desenvolveu importantes ações sindicais na perspectiva de fortalecimento da organização política do segmento de trabalhadores aposentados e na luta por uma Previdência Social decente. Porém, o mais importante “salto de qualidade” nas atividades políticas da entidade pode ser verificado com a realização do 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC. Além da unificação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que resultou na criação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) e o respectivo fortalecimento da organização política de toda a categoria metalúrgica na região (inclusive trabalhadores aposentados), a AMA-ABC teve um conjunto de resoluções aprovadas no referido congresso que impulsionou significativamente suas lutas.

Dentre as resoluções, que versaram sobre os mais diversos aspectos da organização e da luta política dos aposentados, destacamos a seguinte proposição: “Que tenhamos uma Tribuna específica, sobre Previdência Social para nossas reivindicações, tal qual existe a Tribuna dos Metalúrgicos do ABC, fundamental para nosso trabalho de base, e as atividades junto ao nosso Sindicato” (SMABC, 1993).

³ No ano de 2009, a AMA-ABC contava com aproximadamente 26 mil associados. A maior entidade de aposentados no Brasil (e que também é a maior da América Latina) é a Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda e Região, com cerca de 55 mil associados.



A partir de tal resolução, a AMA-ABC passou a se mobilizar para a criação de um veículo de comunicação específico para a entidade. Essa decisão política se tornou realidade no final de 1993, com a criação da “Tribuna dos Aposentados”.

Para este trabalho, vamos nos deter sobre a realidade conjuntural dos aposentados no Brasil, durante a segunda metade da década de 1990, a partir da cobertura jornalística realizada pela “Tribuna dos Aposentados”, identificando e analisando as principais temáticas abordadas pela publicação. Para tanto, faremos, inicialmente, um breve levantamento sobre a história e as características da “Tribuna dos Aposentados” e, posteriormente, realizaremos uma análise de conteúdo das edições publicadas no período, revelando os principais fatos políticos de interesse dos aposentados e a posição política assumida pela entidade nas respectivas questões.

2 - “Tribuna dos Aposentados”: o instrumento de comunicação dos aposentados metalúrgicos da região do ABC paulista

Criada no final de 1993, e produzida pelo Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a “Tribuna dos Aposentados” se tornou o porta-voz dos trabalhadores aposentados e o principal instrumento de formação e informação desse segmento da categoria metalúrgica.

O jornal era produzido em formato tabloide, com 4 páginas, e teve circulação mensal durante os três primeiros anos de existência. A partir de 1997, passou a ter periodicidade irregular, retomando uma periodicidade regular em 2006, quando passou a circular trimestralmente; essa fase durou aproximadamente 4 anos. Atualmente o jornal não é produzido com regularidade.

Marcado por debates e análises conjunturais sobre temas relacionados direta ou indiretamente aos interesses dos aposentados, a “Tribuna dos Aposentados” trazia algumas sessões permanentes, como “Notas”, trazendo algumas informações relacionadas à política local e nacional, bem como comentários rápidos sobre temas específicos da realidade dos aposentados; “Direito do Aposentado”, orientando o aposentado a respeito de leis específicas e atualizando os leitores sobre o andamento de processos jurídicos com impacto direto na vida do aposentado; e “Agenda do Aposentado”, informando sobre atividades políticas ou culturais de interesse para o aposentado e sua família. A partir da edição nº 17, de agosto de 1995, também foi



reservado, eventualmente, um espaço no jornal para a participação dos leitores, identificado como “Espaço do Leitor”.

Outra característica que merece destaque na “Tribuna dos Aposentados” é a significativa presença de charges e tiras, principalmente no período inicial da publicação do jornal até o final da década de 1990. Como já verificado em outras oportunidades ⁴, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tinha tradição na utilização de recursos iconográficos no contexto da imprensa sindical e, como a produção da “Tribuna dos Aposentados” sempre esteve sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa do SMABC, essa prática não poderia ser diferente na publicação da AMA-ABC.

3 - A defesa da Previdência Social Pública e outras lutas nas páginas da “Tribuna dos Aposentados”

A década de 1990 foi marcada por uma intensa luta política na perspectiva de consolidar o processo de redemocratização no país, após uma violenta ditadura militar e uma hesitante e fraudulenta “transição democrática” ⁵. Nesse sentido, a primeira metade da década de 1990 não apresentou melhores perspectivas, afinal de contas o presidente eleito na primeira eleição presidencial após o período ditatorial, Fernando Collor de Mello, não chegou a concluir o seu mandato, tendo sofrido *impeachment* por envolvimento em práticas de corrupção. No seu lugar assumiu o então vice-presidente, Itamar Franco, que, apesar de algumas ações políticas importantes e de impacto significativo na conjuntura brasileira, apenas conduziu o governo até que outra eleição pudesse acontecer.

O ano de 1994 foi um marco importante na história política brasileira, pois marcou a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), primeiro como ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e proponente do Plano Real e, depois, como candidato eleito à Presidência da República. Sobre a indicação de FHC para o Ministério da Fazenda, Alberto Tosi Rodrigues afirma que, para Itamar Franco, essa decisão “além de representar uma concessão que valeu a Itamar a perda de fato do

⁴ Cf. MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

⁵ A esse respeito ver FERNANDES, Florestan. **Nova República?!**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.



controle da administração, assumiu o aspecto de uma cerimônia de lavagem das mãos” (RODRIGUES, 2000, p. 284). De fato, isso foi o que se viu; FHC lançou o Plano Real e, a partir de seu sucesso, se credenciou para disputar as eleições de outubro de 1994 e sair vitorioso ainda no primeiro turno.

No final do ano de 1993, surgiu a “Tribuna dos Aposentados” que começou a acompanhar e a analisar a vida política nacional a partir da perspectiva dos interesses dos aposentados. A primeira grande questão abordada nas páginas do jornal foi sobre a Revisão Constitucional que estava em andamento desde outubro de 1993. A Seguridade Social se apresentou como um dos principais alvos das investidas dos parlamentares defensores da revisão, sob o argumento de que a Previdência é paternalista e que se tornaria inviável em médio prazo; por outro lado, a posição defendida pela AMA-ABC era de garantir as conquistas previstas na Constituição e de lutar contra a privatização da Previdência Social, como defendido nas páginas da edição nº 2, de março de 1994.

Sobre a Revisão Constitucional, Rodrigues afirma que ela não passou de mera expectativa; para o autor,

A revisão constitucional, após tentativas de adiamento, depois de ter sido derrotada uma emenda do relator Nelson Jobim que permitia a revisão a qualquer tempo e sob críticas da “Ação Empresarial Pró-Revisão”, terminou praticamente sem ter havido. Instalada a 13 de outubro de 1993 e encerrada a 31 de maio de 1994, em seus 231 dias realizou oitenta sessões e votou apenas dezenove mudanças, sendo doze rejeitadas já no primeiro turno de votação. [...] Houve certo consenso entre os líderes partidários em apontar como principais causas do fracasso o desinteresse de votar temas polêmicos em ano eleitoral e a movimentação em torno da CPI do Orçamento (RODRIGUES, 2000, p. 331).

Outro assunto muito tematizado pela “Tribuna dos Aposentados”, e que foi manchete da edição nº 6, de agosto de 1994, foram as eleições. Diante de um quadro político que apontava, nas eleições para presidente da República, para uma disputa entre o candidato oriundo do movimento sindical, Lula, e o candidato apoiado pelo então governo, FHC, a AMA-ABC não se apresentou imparcial e defendeu explicitamente o apoio a Lula, como por exemplo, na matéria da edição nº 8, de outubro de 1994, que teve como manchete “De que lado estamos?”. Em contraposição, criticava a candidatura de FHC, principalmente por sua posição em relação à Previdência. Na matéria “Aposentado, você também decide”, a “Tribuna” alegava que tal posição era um exemplo de luta por cidadania:

A coligação que hoje apóia Fernando Henrique Cardoso reúne o segmento mais conservador da política nacional. São os que defendem a privatização da Previdência Social, que se depender deles será entregue a poderosos grupos financeiros. [...] Esse quadro pode mudar e certamente mudará no dia em que resolvermos deixar de ser cúmplices dessa gente através do voto. Reflita sobre isso. Nós, aposentados e pensionistas, já demos muitos exemplos de luta na defesa dos nossos direitos. Temos a oportunidade de dar o exemplo político na luta por justiça social e cidadania plena (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 5, 1994, p. 1).

No processo eleitoral seguinte, referente às eleições municipais que aconteceriam em outubro de 1996, novamente a Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC tematizou a questão nas páginas da “Tribuna dos Aposentados”. Na edição nº 27, de julho de 1996, com a manchete “Política sim, por que não?” e na edição nº 28, de agosto/setembro de 1996, com a manchete “As eleições estão aí” o assunto foi abordado e o alerta contra os “oportunistas” e “continuístas dos atuais prefeitos” e em favor dos “políticos que estiveram sempre do nosso lado” foi o tom veiculado pelo jornal.

Mais um processo eleitoral para presidente da República, em 1998, e novamente o apoio aberto ao candidato Lula, de origem sindical e apoiador da criação da AMA-ABC quando de sua condição de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A manchete da edição nº 35, de setembro de 1998, comprovava o comprometimento dos metalúrgicos aposentados com o sindicalista: “Aposentados criam comitê de apoio a candidatura Lula”. O então presidente da AMA-ABC, em depoimento à “Tribuna dos Aposentados”, afirmou que “se sentia orgulhoso em ter Lula como presidente da República, justamente ele que continua a ser uma das mais expressivas lideranças no meio metalúrgico” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 35, 1998, p. 1).

A discussão sobre o salário mínimo também teve espaço importante na “Tribuna dos Aposentados” durante a segunda metade da década de 1990. Por várias vezes, no período de reajuste do salário mínimo, o jornal apresentava suas considerações a respeito da questão. Na edição nº 5, de julho de 1994, a matéria “Novo mínimo achata salário dos aposentados”, tratou do tema; em abril/maio de 1996, na edição 24, o assunto foi abordado na matéria: “Salário mínimo: safadeza anunciada”. A perspectiva apresentada era basicamente a mesma, qual seja, a crítica aos valores



apresentados pelo governo para o reajuste do salário mínimo e o (ínfimo) impacto do aumento no bolso dos aposentados.

As atividades realizadas nas mobilizações do Dia do Aposentado, comemorado sempre no dia 24 de janeiro, eram frequentemente registradas pela “Tribuna dos Aposentados”, como por exemplo, nas edições nº 11, de fevereiro de 1995; nº 21, de janeiro de 1996; e nº 33, de fevereiro de 1998. Essas mobilizações geralmente eram marcadas por manifestações contra a privatização da Previdência Social e pela defesa de um salário mínimo compatível com as necessidades dos aposentados e pensionistas.

Para além de todas essas temáticas que ocuparam importante espaço nas páginas da “Tribuna dos Aposentados”, o assunto mais relevante que marcou os debates na publicação da AMA-ABC foi a Reforma da Previdência. Por diversas vezes, ao longo da segunda metade da década de 1990, o tema da Reforma da Previdência foi pautado pelo governo e, em todas as oportunidades, a “Tribuna dos Aposentados” se posicionou contrariamente a qualquer iniciativa governamental que pudesse produzir prejuízos aos aposentados e pensionistas.

A disposição de luta dos aposentados em relação a qualquer tentativa do governo FHC, recém-eleito em 1994, de produzir uma mudança na estrutura da Seguridade Social foi demonstrada com a realização de uma “Vigília em defesa da Previdência”, que teve ampla cobertura da “Tribuna dos Aposentados” na edição nº 13, de abril de 1995.

Desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, a proposta apresentada pelo governo FHC para a Reforma da Previdência previa, dentre outros pontos, o fim da aposentadoria por tempo de serviço, o aumento do tempo de contribuição para 40 anos, o fim da aposentadoria proporcional e a redução do teto de contribuição de 10 para 3 ou 5 salários mínimos. Todos esses pontos conflitavam com os interesses dos aposentados e a AMA-ABC era uma das principais organizações que criticava tal proposta.

Como ainda havia muita incerteza em relação aos encaminhamentos do “novo” governo, uma reforma previdenciária que pudesse atender plenamente aos interesses do governo FHC não chegou a ser aprovada. Porém, isso não impediu que o presidente decretasse várias modificações na Previdência Social através da Lei nº 9.032/95 que versou sobre Custeio e Benefícios da Previdência.

Na edição nº 15, de junho de 1995, a “Tribuna dos Aposentados” apresentou uma análise sobre o impacto dessas modificações na vida dos trabalhadores e foi explícita em sua opinião acerca de Reforma da Previdência proposta pelo governo, a



começar pelo título: “Nova lei da Previdência ferra trabalhador: governo FHC mostra a que veio e começa a demolir nossas conquistas”. Segundo análise apresentada, “ficaram mais difíceis agora as aposentadorias especiais e por acidente de trabalho, foram arrojados os benefícios dos afastados por doenças ou acidentes e foi extinto o pecúnio aos aposentados que voltassem a trabalhar, entre outros” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 15, 1995, p. 3).

Outra edição da “Tribuna dos Aposentados” que abordou o tema da Previdência Social foi a edição nº 29, de outubro de 1996. Com a manchete “Pacote reformador atinge a Previdência”, o jornal chamava a atenção dos leitores para a intenção do governo FHC, através de medidas provisórias, suprimir alguns benefícios concedidos aos trabalhadores, sob o argumento de busca do equilíbrio financeiro nas contas da Previdência.

Já se encaminhando para a conclusão de seu (primeiro) mandato, FHC investiu com vigor numa Reforma da Previdência mais profunda. “O governo insiste na implantação da aposentadoria por tempo de contribuição conjugada à idade da pessoa” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 32, 1997, p. 3). Para lutar contra essa investida do governo FHC, os trabalhadores, aposentados ou não, se mobilizaram contra o projeto de Reforma da Previdência e realizaram um abaixo assinado com 1 milhão de assinaturas, que foi entregue pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social e Pública ao então presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer. A cobertura dessa ação política está na edição nº 32, de dezembro de 1997.

Na edição seguinte, de fevereiro de 1998, a “Tribuna dos Aposentados” apresenta como manchete “Contra a reforma da Previdência Social”, numa tentativa de mobilizar os aposentados (e também os trabalhadores da ativa) para o Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, que estava sendo organizado para o dia 10 de fevereiro de 1998. A iniciativa implicava na realização de “atos por todo o país denunciando mais uma manobra do presidente FHC para prejudicar os trabalhadores e aposentados” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 33, 1998, p. 1).

Por pressão dos trabalhadores e aposentados, mas principalmente pela avaliação política desfavorável, o governo FHC acabou adiando a votação da Reforma da Previdência de fevereiro para o dia 28 de abril, fato retratado pela “Tribuna dos Aposentados” na edição nº 34, de março/abril de 1998.

Pela irregularidade que passou a ter a circulação da “Tribuna dos Aposentados”, principalmente a partir do início de 1997, os desdobramentos do



processo de Reforma da Previdência acabaram não sendo retratados pelo jornal, como também não foi analisado (e criticado) o episódio que envolveu o presidente Fernando Henrique Cardoso quando este chamou os aposentados “jovens” de vagabundos, em maio de 1998.

De maneira geral, a avaliação do processo de Reforma da Previdência foi assim sistematizada pelos analistas do Dieese:

A reforma da Previdência Social tem como características a redução dos valores dos benefícios, o aumento no tempo de contribuição e um maior nível de exigências para a concessão dos benefícios. De maneira geral, representa para os trabalhadores a perda de alguns direitos e garantias mais restritas. Além disso, as modificações aprovadas poderão trazer impactos negativos para o mercado de trabalho (BOLETIM DIEESE, 1998).

3.1 - A “Tribuna dos Aposentados” e a luta por cidadania

Como uma última questão a ser apresentado nessa análise de conteúdo da “Tribuna dos Aposentados” destacamos a caracterização das ações sindicais desenvolvidas pela AMA-ABC como práticas de cidadania. Por várias vezes, e nas mais diversas circunstâncias, a perspectiva da luta dos aposentados como uma luta por cidadania está demarcada nas páginas do jornal.

Por ocasião da produção de um manifesto contra a revisão constitucional, a Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC começou o texto afirmando que “a luta dos aposentados e pensionistas do ABC é por justiça social e cidadania” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 4, 1994, p. 3).

Na edição nº 17, de agosto de 1995, a “Tribuna dos Aposentados” discute a situação dos idosos, em particular, e de “outros segmentos sociais sujeitos a preconceitos e discriminações”, como mulheres e negros, de modo geral, afirmando que a luta por cidadania é “uma luta permanente”. Por um lado, a matéria apresenta alguns avanços sociais conquistados, principalmente pelas mulheres, a partir de suas lutas, mas, por outro lado, reconhece que, em relação ao idoso, ainda há muito descaso. Diante de tal situação, conclui-se que:

Não existe cidadania pela metade. Ela, como a verdade, ou existe ou não existe. Por isso, precisamos levar uma luta sem trégua para garantir a plena cidadania a todos os idosos, que contribuíram para o crescimento e a riqueza do País e não podem, quando deixar de



produzir, ser tratados como estorvos (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 17, 1995, p. 2).

Em outra oportunidade, na edição nº 40, de julho de 2000, a manchete também faz menção à cidadania enquanto resultado das conquistas dos aposentados. Sob o título “Resgatando a cidadania dos aposentados” a matéria faz referência à criação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sitap), afirmando tratar-se de uma “poderosa frente de luta e de organização”. Em depoimento à “Tribuna dos Aposentados”, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Vitório Cordeiro Filho, corroborou a perspectiva cidadã conferida ao Sitap e defendeu a necessidade de “fortalecer a entidade para que o aposentado e pensionista tenha poder de negociação com o governo e resgatar a luta e a cidadania dos companheiros que fizeram este País e hoje são deixados de lado pelo governo” (TRIBUNA DOS APOSENTADOS, 40, 2000, p. 1).

Enfim, sobre essa perspectiva, de que a ação sindical deve ser reconhecida enquanto uma prática de cidadania e que, no limite, as lutas de um sindicato são lutas por cidadania, entendemos que ela é derivada de uma concepção que tem prevalecido em inúmeros sindicatos, entre eles o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (e, por conseguinte, a Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC), principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, de um sindicalismo cidadão.

A esse respeito, concluímos essa nossa análise da “Tribuna dos Aposentados” retomando uma problematização que fizemos em outra oportunidade e que incide sobre a concepção de ação sindical como luta por cidadania.

No discurso sindical, sob a bandeira da cidadania, o que era objetivo intermediário (conquistas sociais em geral) se converteu em horizonte político estratégico, dimensionado pelas garantias constitucionais (essencialmente burguesas e legitimadas pela lógica do capital); além disso, as contradições de classe ficaram minimizadas à medida que a busca e a garantia de cidadania faziam parte do contexto discursivo de trabalhadores, governo e patrões, em medidas diferentes, mas todos à sua maneira fazendo coro em direção à conquista da cidadania. Essa mudança de discurso, expressa pelas novas terminologias (que traz consigo toda uma implicação histórica e ideológica) faria toda a diferença nas concepções e ações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990 (MIANI, 2005, p. 310).

Cabe a ressalva de que não desconsideramos a importância política de tais lutas, mas não podemos também negligenciar que, concordando com Ivo Tonet,



“conceber a luta pela cidadania como o eixo da luta social é subsumir a luta dos trabalhadores aos interesses do capital” (TONET, 1999, p. 93).

4 - Considerações Finais

Com este artigo pretendemos iniciar um processo de análise sobre a experiência da “Tribuna dos Aposentados” como estratégia político-comunicativa da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC. A conjuntura política da segunda metade da década de 1990, relacionada aos assuntos de interesse dos trabalhadores aposentados, pode ser revisitada através das páginas da “Tribuna dos Aposentados”.

A luta contra a Reforma da Previdência Social no Brasil, bem como outras lutas por cidadania em relação aos direitos dos aposentados, foram analisadas através do referido jornal, mas reconhecemos que muitas outras questões poderiam ser exploradas e/ou aprofundadas, e que certamente irão motivar outros estudos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOLETIM DIEESE. **Reforma da Previdência Social e suas consequências**. 210, Novembro/Dezembro de 1998. Disponível <http://www.dieese.org.br/bol/cju/cjunov98.xml>. Acesso em: 12 de julho de 2011.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FÍGARO, Roseli. **O discurso da imprensa sindical: formas e usos**. São Paulo, ECA/USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**, 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARQUES, Guilherme. **O novo sindicalismo: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores - 1977 a 1995**. Rio de Janeiro: Adia, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.



_____. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica.** São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994.** Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2000.

TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. **Perspectivas.** Rio de Janeiro, n. 22, 1999.

TRIBUNA DOS APOSENTADOS. Várias edições. 1993-2000.